



Substitutivo da Câmara dos Deputados  
ao Projeto de Lei nº 2.941-C de 2019  
do Senado Federal (PLS nº 328/2015 na  
Casa de origem), que “Regulamenta a  
profissão de educador social”.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Regulamenta a profissão de educador social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a profissão de educador social.

Art. 2º A profissão de educador social tem caráter pedagógico e social, e seu exercício está relacionado à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Parágrafo único. A profissão de educador social é distinta da exercida pelos profissionais da educação, da assistência social ou da saúde e terá organização e financiamento próprios.

Art. 3º O campo de atuação do educador social são os contextos educativos que envolvem ações educativas com diversas populações, nos âmbitos escolar, institucional, comunitário e social, em programas e projetos educativos sociais, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais.

Art. 4º São atribuições do educador social ações de educação e de mediação que envolvam os direitos humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer origem, classe social, sexo, idade, etnia, cultura e nacionalidade, entre outras particularidades, priorizadas



aquelas em situação de vulnerabilidade social, por meio da promoção cultural, política e social.

Art. 5º O educador social deverá ser formado em cursos de graduação específicos, admitido o reconhecimento do notório saber pelas instituições de ensino superior, observado o disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 6º Pelo prazo de até 10 (dez) anos, contado da data de publicação desta Lei, será admitida a formação em:

I - processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nas manifestações culturais e nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil;

II - cursos de nível médio; ou

III - cursos superiores de graduação em áreas correlatas à de atuação do educador social no País.

§ 1º A organização das carreiras e os concursos de ingresso levarão em conta as características de cada formação.

§ 2º São requisitos para o ingresso por meio de concurso público na carreira de educador social, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de publicação desta Lei:

I - de nível médio:

a) ter a formação referida no inciso I do *caput* deste artigo e certificado obtido por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), pela Rede Nacional de Certificação Profissional - Rede Certific; ou

b) ter a formação referida no inciso II do *caput* deste artigo e ter concluído o ensino médio;



II - de nível superior, ter a formação referida no inciso III do *caput* deste artigo e ter concluído graduação em curso cujo currículo o habilite à atuação no campo referido no art. 3º desta Lei, na forma de regulamento.

§ 3º Será reconhecido como profissional de nível superior o educador social que tenha formação de nível superior na data de publicação desta Lei.

§ 4º A carreira de educador social de nível médio contemplará, em sua progressão, na forma das normas de cada sistema de ensino, a obtenção do grau acadêmico de graduação.

§ 5º São assegurados os direitos dos profissionais que tenham ingressado na carreira de educador social até a data da publicação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 480/2023/PS-GSE

Apresentação: 01/11/2023 14:37:41.790 - MESA

DOC n.12271/2023

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.941, de 2019, do Senado Federal (PLS 328/2015), que “Regulamenta a profissão de educador social”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237617656500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar



\* C D 2 3 7 6 1 7 6 5 6 5 0 0 \*